

Filosofia em vernáculo na Idade Média e na Alta Idade Moderna, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2024 ISBN: 978-989-9213-63-0

Sob a coordenação de Maria de Lurdes Fernandes e com a chancela da Editora Húmus, que tem prestado um inestimável serviço às Letras, o Gabinete de Filosofia Medieval da Universidade do Porto editou sete breves estudos, que incidem sobre a filosofia em vulgar (na língua portuguesa, francesa e castelhana) em textos medievais e modernos. Esta louvável iniciativa recupera intervenções apresentadas por ocasião do 5º Congresso Internacional da Sociedade Portuguesa de Filosofia realizada na Universidade de Évora entre 14 e 16 de setembro de 2023.

Inclui-se, na escolha deliberada do uso do vernáculo, o ato de traduzir, comentar e redigir em línguas que desabrochavam enquanto se instalava a estranheza, advinda do progressivo desconhecimento do latim. Como assinala Maria de Lurdes Fernandes, a Coordenadora do volume,

A participação da **Filosofia** – tomada no mais amplo sentido que tinha na época, abrangendo todas as artes liberais e o estudo da natureza e do que transcende a natureza – nesse movimento que fez das línguas vernáculas um veículo preponderante da divulgação de ideias, polémicas, modelos e perspetivas que os séculos seguintes foram incorporando e transformando é prova suficiente da sua valorização e consequente presença em diversos tipos de textos (p. 8).

Ora, trazer para o debate a relação entre a filosofia e as línguas neolatinas é, desde logo, uma promessa auspiciosa e fecunda, que convoca novos auditórios, diferentes intervenientes e vias alternativas de disseminação dos textos filosóficos. Após uma reflexão sobre as potencialidades do estudo acurado do léxico filosófico no âmbito da filosofia em Portugal (Marisa Henriques, pp. 13-30), o leitor tem a oportunidade de conhecer casos de estudo portugueses e ibéricos (Pseudo-Agostinho, Luís de Camões, João de Barros, Oróbio de Castro/ Alonso de Zepeda y Adrada), mas também exemplos europeus (*El Livre du ciel et du monde* de Nicolau de Oresme e *Le Haut Livre du Graal*). A opção pelas línguas maternas impende sobre a transmissão dos textos e sobre a sua própria fortuna crítica, como assinala Daniel A. Di Liscia (pp. 31-58) e Rui Miguel Mesquita (pp. 77-88).

Meu juízo crítico, por afinidade académica, recairá sobre os contributos de Celeste Pedro (“A Arte Memorativa de João de Barros e a Quantificação das Virtudes e Vícios”) e de José Francisco Meirinhos (“Artes e crítica do poder em *Os Lusíadas* de Luís de Camões”).

Celeste Pedro parece buscar emular a abordagem de Roger Friedlein em dois de seus artigos. O primeiro, pioneiro e seminal, “Le hasard dans la philosophie morale. Un jeu de plateau de João de Barros: *Diálogo sobre Preceitos Morais* (1540)”¹, publicado em 2007, que seria expectável a autora conhecesse em profundidade; e em “l’atzar en la filosofia moral. Un joc de tauler lullista de João de Barros: *Diálogo*

¹ Este artigo integra as *Actes du Cinquantenaire de la Fondation du CESR* e o XLIXe Colloque International d’études Humanistes Tours, 3-9 juillet 2006, intitulado *Hasard et Providence XIVe -XVIIe Siècles*, publicado sob os auspícios do Centre d’études Supérieures de la Renaissance.

sobre *Preceitos Morais* (1540)”, publicado em *Studia Iulliana*, nº 47, páginas 117-139. Este último contributo parece ser do conhecimento da autora, pois consta nas referências bibliográficas de um artigo seu, escrito em coautoria com Terhi Marttila, intitulado “What ELO23 taught us about hacking the good life - observations on the Know Thyself role-playing prototype” (2024). No que diz respeito ao capítulo sobre *o Diálogo de Preceitos Morais com Prática deles em modo de Jogo* (pp. 89-117) que a autora já havia analisado anteriormente na revista *MatLit*, volume 11, nº 1 (2024), importa dizer que ela tem colocado a tónica na dimensão lúdica e iconográfica do jogo, em detrimento do seu alcance didático-pedagógico e filosófico, no qual incide Roger Friedlein no seu artigo em francês de 2007, embora ela anuncie que o estudo pretende ser “uma introdução à narrativa da doutrina moral de João de Barros, baseada na *Ética de Aristóteles* no que às virtudes e vícios diz respeito, com particular foco na valoração quantitativa e qualitativa das acções humanas” (p. 91).

O que os olhos veem, nestas páginas, é, sem sombra de dúvidas, deleitável. Que tipo de leitor é João de Barros? Contemporiza com Aristóteles ou procura introduzir alguma novidade ou compromisso sincrético com a fé? A autora tem consciência de que urge pensar de forma consequente as “fontes e abordagens filosóficas” (p. 117), porém sucumbe à tentação de explorar o mecanismo lúdico em desfavor da engrenagem filosófico-cultural. O manancial de reproduções é riquíssimo e de muito boa qualidade; não obstante, merecia um tratamento mais investigativo e menos descritivo, aliás já realizado no artigo publicado em *The Digital Review*, 3 (2023).

Acompanham o artigo cinquenta e duas notas de rodapé. O leitor interessado, mas não iniciado, escassa orientação encontrará nelas, no que se refere ao *status quaestionis*, que não é extenso. Um reparo final: necessitaria a autora de traduzir a *Ética a Nicómaco* (p.116) a partir do inglês, tendo à sua disposição traduções portuguesas de Dimas de Almeida e António Castro Caeiro?

José Meirinhos propõe uma leitura política do poema épico de Camões, em linha com uma ampla tradição já implantada que evoca, desde a dimensão política do poema camonianiano, (p.119-121), no qual se reconhece a “sobreposição entre elogio das artes e crítica política”. O tópico está longe de ser inédito e de aportar sementes para um novo viés crítico-literário, denotando que o estudioso se apoia na sua bagagem de filósofo, encantando-se, numa leitura *à vol d’oiseau*, com pistas já há muito tratadas por estudiosos da literatura. A expectativa de encontrar Camões num volume sobre filosofia em vernáculo parecia poder ser satisfeita com uma análise sobre a língua e o vocabulário camonianos.

Pelo contrário, o autor dedica-se a enquadrar, em linhas gerais, os consabidos traços do género poético de *Os Lusíadas*, a saber, a epopeia, ao revisitar os pressupostos aristotélicos presentes na Poética. Chama a atenção à influência de João de Barros, no que se poderia chamar de uma teoria lexical, sobre Camões, cujo filão, na obra do polígrafo renascentista, expõe na vigésima terceira nota de seu artigo. Na relação entre «artes e crítica», Meirinhos valoriza tanto o que denomina como «compromissos morais» de Camões (p. 125), especialmente o de celebrar apenas «portugueses leais e heróis», que engrandecem a pátria, como o pedagógico que Camões infunde a *Os Lusíadas*, como aponta: «Camões entra na corrente de todos aqueles que têm grandes esperanças na educação do tenro rei» (p. 129). Dedicar algu-

mas páginas a analisar a relação entre poesia e pintura, desde a perspectiva horaciana até a plutarquiana que, segundo aponta, opera na epopeia camoniana (p. 132- 136), já assinalada por Luiz Piva (1980-1981) e por Filipa Araújo (2019).

Acompanham este artigo cinquenta e uma notas de rodapé. Tanto o leitor iniciado como o neófito beneficiarão substancialmente delas, pois recompõem, em profundidade assinalável, o *status quaestionis* que, como é de conhecimento geral, é superabundante. Este artigo beneficiará tanto ao marinho de primeira viagem quanto ao mais experimentado, mas apenas como material de revisão. Este porque poderá visitar uma parte significativa da fortuna crítica em torno da questão; aquele porque encontrará material para incursões posteriores, pelo que cumpre um bom papel especialmente para quem se inicia nos estudos camonianos.

Eduardo de Souza Fagundes

eduoder@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6689-9512>

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_68_14